

O Brasil precisa de investimento

José Velloso (*)

Toda caminhada começa com um primeiro passo. A volta do crescimento econômico no Brasil pode ser comparada a essa metáfora

O caminho é longo, muito longo, mas o primeiro passo precisa ser dado e precisa ser assertivo, consistente e duradouro. O crescimento do Brasil e o fim da mais longa recessão da história econômica brasileira precisa de um passo consistente, não de aumento eventual de consumo. Essa matriz econômica vimos no passado recente e “deu no que deu”. O crescimento pelo consumo pode dar certo por um tempo, mas não garante crescimento sustentado ao longo do tempo.

Para gerarmos um ciclo virtuoso de crescimento efetivo, geração de empregos e renda para os brasileiros precisamos de investimentos. “O investimento de hoje será o crescimento de amanhã”. Esta frase é aceita por qualquer economista. Para que o Brasil tenha uma série de crescimentos da ordem de 2,5 a 3% ao ano, precisaríamos ter uma taxa de investimento da ordem de 23 a 24% do PIB ao ano. No entanto, estamos com uma taxa de investimento entre 15 e 16% do PIB, o que é muito baixa, muito aquém do que o Brasil precisa.

Apesar da inflação controlada, da queda dos juros da taxa Selic, da volta, mesmo que ainda lenta, do emprego e o Brasil apresentando crescimento de 1% do PIB em 2017, com perspectiva de aumento perto de 3% em 2018, o indicador da Formação Bruta de Capital Fixo (taxa de investimento) continua muito baixo. Se continuarmos com uma taxa tão baixa, estaremos contratando o “não-crescimento” nos próximos anos. Teremos mais um voo de galinha.

Na verdade, sabemos que o próprio governo criou nós que terão de ser desatados. Um deles é a PEC do Teto dos Gastos Públicos que, a partir de 2018 e durante 20 anos, prevê que os gastos federais só poderão aumentar de acordo com a inflação acumulada conforme o IPCA. Como o orçamento é menor do que os gastos correntes, Nação, Estados e Municípios forçosamente terão que cortar investimentos.

Outro problema – e não menos importante – responde pelo nome de MP 777, que introduziu a TLP (Taxa de Longo Prazo) em substituição à TJLP

(Taxa de Juros de Longo Prazo). A TLP, que está fixada em 6,76% para 2018, é um índice que compõe as taxas de juros das linhas de financiamentos do BNDES. A taxa de juros do Finame é calculado pela somatória da TLP, mais del credere do BNDES de 2,1% e mais o “spread” dos bancos repassadores.

Hoje em dia o Finame custa, em média, 14 a 15% ao ano. Muito acima do retorno dos investimentos. Nas operações diretas do BNDES (financiamentos acima de R\$20 milhões) o custo médio é de 12% ao ano. Também muito alto. Com o detalhe que o BNDES financia somente 50% do empreendimento.

Os investimentos também estão prejudicados em função da grande alavancagem das grandes empresas no Brasil. Quando uma empresa investe com capital próprio, ela, na verdade, está utilizando lucros acumulados. Ora, se as grandes empresas não têm conseguido lucratividade nos últimos anos, como investir? Como é de conhecimento geral, grandes empresas estão “desalavancando” seus balanços.

Em resumo, para que a retomada caminhe a passos mais vigorosos e a iniciativa privada possa investir, o Governo – tanto o atual como o que será empossado em 2019 – precisa oferecer alternativas ao alto custo do financiamento. Um caminho seria diminuir a remuneração do BNDES (Del Credere) e transferir as operações indiretas para diretas, tirando o banco repassador do processo e com isso acabando com o spread. Seria uma forma de diminuir os juros do Finame e também das operações diretas. As taxas poderiam chegar à 11% e 9% respectivamente.

Na prática, o Governo – este ou o próximo – terá de regular o setor financeiro. Até agora os governos só agiram em detrimento da indústria, buscando o sonhado ajuste fiscal através deste setor. Agora, terão de tomar medidas que irão afetar o setor financeiro – para acabar com o maior spread bancário do mundo e aumentar a concorrência entre os bancos no Brasil – e melhorar as taxas de juros do BNDES e do Capital de Giro das empresas.

Só assim atingiremos um crescimento sustentável. Através do investimento.

(*) - É engenheiro mecânico, administrador de empresas e presidente executivo da ABIMAQ/SINDIMAQ.

TSE dá mais 90 dias para prestação de contas de 2017



O TSE deu mais 90 dias para os partidos apresentarem ou corrigirem as prestações de conta referentes ao ano de 2017. A decisão foi tomada pelos ministros por unanimidade ontem (17). O prazo conta a partir do dia 30 de abril para cumprir com esta obrigação. A decisão foi tomada no âmbito da análise de um pedido assinado por diversos partidos, que solicitaram a suspensão do sistema eletrônico criado pelo Tribunal para que as legendas enviem suas contas, denominado Sistema de Prestação de Contas Anual.

Os partidos reclamam de problemas operacionais do sistema. Embora reconheçam a importância de uma ferramenta desta, a classificam no documento como “inadequada” e listaram 11 falhas. O sistema não permite a inserção de informações finan-

ceiras importantes na prestação de contas, como o recebimento de pagamentos e reembolsos de pessoa jurídica.

Em razão destes problemas, os partidos solicitaram na petição que o sistema só seja utilizados no exercício seguinte àquele em que se chegou a uma versão final do programa. Antes disso, pediram a criação de um grupo de trabalho com o objetivo de propor e realizar ajustes na ferramenta.

Ao analisar a petição, a Assessoria de Exame de Contas Eleitorais e Partidárias e a Secretaria de TI, unidades do TSE, foi avaliado que, devido à novidade do sistema, seria importante assegurar um prazo mais largo para que os partidos pudessem acrescentar ou corrigir dados sem que isso gerasse problemas (ABR).

Câmara aprova MP que autoriza venda direta do óleo do pré-sal

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou por 224 votos a 57, o texto-base da MP que permite à Pré-Sal Petróleo S/A (PPSA) a venda direta de óleo do pré-sal para empresas

A proposta segue para análise do Senado. Com a proposta, a PPSA pode comercializar a parte de óleo devida à União na exploração de campos da bacia do pré-sal com base no regime de partilha, vigente desde 2010. Antes da medida, só era permitida a contratação de agentes de comercialização para vender o petróleo.

Com a aprovação, a PPSA comercializará os óleos preferencialmente na modalidade de leilão, observando a política estabelecida pelo Conselho Nacional de Política Energética e o preço de referência fixado pela ANP, sendo que só poderá ser realizada por preço inferior ao de referência caso não haja interessados na compra. Nessa hipótese, os preços deverão ser compatíveis com os de mercado.

Pela justificativa da MP, estima-se que poderão ser comercializados em 2018 e



Presidente da Câmara, Rodrigo Maia, durante aprovação de MP sobre venda de petróleo do pré-sal.

2019 cerca de 5 milhões de barris da parcela que a União tem direito. A previsão é que, até 2022, essa comercialização atinja 38 milhões de barris de petróleo. Caso esse volume seja comercializado no valor médio do petróleo nacional, cotado a R\$ 140 (valor referente ao

barril, em outubro de 2017), a receita bruta da União será de R\$ 5,34 bilhões nos próximos cinco anos.

A proposta foi aprovada após sucessivas tentativas de partidos da oposição em adiar a análise da medida. O presidente da Casa, deputado Rodrigo

Maia, estendeu a votação até a madrugada de ontem (17), para que fosse possível concluir a aprovação. Para o deputado Bohn Gass (PT-RS), a proposta prejudicará a economia do país, porque retira da Petrobras a possibilidade de refinar o óleo da PPSA (ABR).

Permissão para veterinários atenderem de graça

A Comissão de Trabalho da Câmara aprovou o projeto do deputado Roberto Alves (PRB-SP), que garante aos médicos veterinários o direito de prestarem serviços gratuitos, ou por preços abaixo dos normalmente praticados, em caso de utilidade pública ou como parte de atividades de ensino e pesquisa. O projeto foi apresentado porque alguns profissionais vinham sendo impedidos, pelos conselhos que regulamentam a atividade, de prestarem serviços gratuitos sem relação com campanhas de utilidade pública.

O substitutivo aprovado, de autoria da relatora Flávia Moraes (PDT-GO), amplia o conceito de utilidade pública para permitir os atendimentos gratuitos. Passam a ser consideradas de utilidade pública não apenas as ações de entidades sem fins lucrativos ou de instituições públicas, mas também o atendimento direto a animais abandonados ou cujos donos demonstrem não ter como pagar pelo serviço.

“Se um veterinário atende em seu consultório particular um animal de estimação de uma pessoa que não tem como pagar pelo serviço, está mais do que evidenciada a utilidade pública, já que isso evitará a proliferação de doenças, reduzirá a procriação indiscriminada e protegerá a saúde de todos aqueles que convivem com o animal”, explica a deputada Flávia Moraes. A proposta, que tem caráter conclusivo, ainda será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça (Ag.Câmara).

Japão pediu para Brasil investigar suposto passaporte de Kim

Uma série de documentos revelou que a Polícia Nacional do Japão recorreu ao governo brasileiro em 1998 para pedir uma investigação contra passaportes do Brasil falsos, usados por nove norte-coreanos, inclusive o atribuído ao ditador Kim Jong-un. A informação foi revelada ontem (17) pela rede “BBC”, que teve acesso aos arquivos por meio da Lei de Acesso à Informação.

De acordo com a publicação, o passaporte em nome de Josef Pwag, identidade que, supostamente, teria sido usada por Kim, para viajar e pedir vistos, foi colocado em uma lista suspeita para passar por uma averiguação de autenticidade. Os norte-coreanos teriam tentado entrar no Japão entre 1990 e 1993. Somente cinco anos depois, 1998, a Embaixada do Japão no Brasil formalizou o pedido de investigação junto ao Ministério das Relações Exteriores.

Ainda segundo a “BBC”, em agosto de 2000, a PF autorizou que os passaportes deveriam ser recolhidos e cancelados. O ofício afirma que “até hoje



Caso foi revelado com base em documentos exclusivos.

não se obteve uma resposta conclusiva sobre a legalidade da sua expedição, tudo levando a crer que os portadores não preenchiram os requisitos para obtenção”. No documento, ainda é revelado que, na ocasião, a PF também pediu autorização para obter informações sobre os norte-coreanos, além de apresentar uma lista de perguntas usadas para a investigação. No entanto, não há dados se o inquérito avançou.

No último dia 11 de abril, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil afirmou que o líder norte-coreano e seu pai, Kim Jong-il, tiveram os do-

mentos emitidos pela PF. Com validade de 10 anos cada um, ambos os passaportes possuem um carimbo da Embaixada do Brasil em Praga, na República Tcheca, e teriam sido emitidos nos anos 1990. A informação foi publicada pela agência “Reuters”, que citou “cinco fontes de segurança europeias”.

Segundo o Itamaraty, na época, para conseguir um novo documento não precisava apresentar um documento de identidade. A PF, por sua vez, afirmou que “por se tratarem de documentos antigos, está apurando as circunstâncias de emissão dos passaportes em questão e de resultados de eventuais investigações pretéritas que levaram ao cancelamento de documentos de viagem”. No entanto, não deu mais detalhes sobre o desfecho da investigação aberta nos anos 1990 a pedido dos japoneses, nem se os supostos norte-coreanos foram localizados e interrogados. Já a embaixada do Japão no Brasil não comentou o caso, finalizou a reportagem (ANSA).

Marun apela para que Joesley seja punido por versão mentirosa

Ex-presidente da CPI da JBS da Câmara dos Deputados, o ministro Carlos Marun (Secretaria de Governo) defendeu ontem (17) em nota que o empresário Joesley Batista, dono da JBS, não permaneça impune.

Segundo Marun, o “vazamento de uma versão mentirosa” de uma gravação “ilegal”, ocorrido há um ano, teve o objetivo de prejudicar o presidente Michel Temer.

“O presidente resistiu, todavia os prejuízos para o Brasil foram imensos e materializados na não aprovação da imprescindível modernização da nossa Previdência”, afirma o ministro na nota. Marun acrescenta que a verdade sobre os fatos ainda não foi devidamente revelada. Ele diz ainda que o governo aprendeu a “navegar na tempestade” e fazer com o que Brasil retomasse o caminho do crescimento.

Em março do ano passado, Joesley Batista gravou conversa que teve com o presidente Temer, no Palácio do Jaburu, e entregou cópias do áudio à



Ministro Carlos Marun (Secretaria de Governo).

PGR. Com base neste material, firmou um acordo de delação premiada que lhe concedeu perdão judicial de todos os crimes. Na interpretação da PGR, no encontro com Batista, Temer teria dado aval para comprar o silêncio do ex-deputado Eduardo Cunha, que está preso. O presidente Temer sempre negou a acusação.

Em setembro de 2017, a delação premiada dos donos e executivos da JBS foi rescindida porque a PGR descobriu

conversas que mostraram a participação do ex-procurador Marcello Miller na defesa da JBS enquanto ainda era vinculado ao MPF. Os Batista foram presos e Marcello Miller, alvo de inquérito da PF e também de pedido de prisão. Na quarta-feira (16), a Procuradoria da República da 1ª Região (PRR-1) apresentou uma nova denúncia contra Joesley e outros por corrupção ativa, violação de sigilo funcional e lavagem de dinheiro (ABR).

Empresas & Negócios
netjen@netjen.com.br

Para veiculação de seus Balanços, Atas, Editais e Leilões neste jornal, consulte sua agência de confiança, ou ligue para

TEL: 3043-4171 / 3106-4171

www.netjen.com.br